

FONTE : C. Braziliense

CLASS. :

59

DATA : 5 4 89

PG. :

12

Brasil reage à nota do governo francês

LIANA SABO

O governo brasileiro manifestou ontem formalmente junto à embaixada da França, através de uma nota de protesto, sua "perplexidade e inconformidade" com o fato de a Declaração de Haia — um documento emitido ao final da reunião de cúpula sobre proteção da atmosfera, realizada no último dia 10 de março — publicada anteontem, por ordem do governo francês em três jornais de Paris — Figaro, Le Monde e Liberation — ter sido precedida por um texto no qual os 24 países que participaram da reunião, entre eles o Brasil, "estão prontos a delegar uma parcela de sua soberania nacional para o bem comum da humanidade inteira". O tema soberania nacional, como se sabe, foi discutido nessa reunião, mas não constou do documento final devido em grande parte ao trabalho da diplomacia brasileira que considerou a proposta "inaceitável", conforme a qualificou o chefe da delegação do Brasil, embaixador Paulo de Tarso Flecha de Lima.

O imbróglio envolvendo França e Brasil na discussão ecológica teve origem quarta-feira passada quando o primeiro-ministro francês Michel Rocard, através de um telefonema ao presidente Sarney, solicitou sua concordância em fazer publicar nos jornais de Brasília a mensagem aprovada na Conferência de Haia. Segundo ele, o mesmo procedimento seria adotado em todas as capitais dos países que participaram da reunião convocada pela França, Holanda e Noruega. O apelo de Rocard, na avaliação do Itamarati, teve em vista o que ele considerou "escassa divulgação de um documento de grande importância".

Sarney se prontificou a atender o pedido e autorizou a Presidência da República a divulgar, como matéria paga, a íntegra da declaração de Haia e o discurso completo de representante do Brasil naquele encontro, publicados no CORREIO BRAZILIENSE em sua edição de segunda-feira. "Foi, entretan-

to, com grande perplexidade que se verificou ter sido a declaração, nos jornais franceses, precedida de texto introdutório, intitulado "Nosso gás e o planeta — o chamamento dos 24", afirma o Itamarati, na mais dura nota já emitida pela chancelaria brasileira à embaixada da França.

O texto que irritou profundamente o presidente Sarney refere-se à "criação de uma entidade dotada de verdadeiros poderes de decisão e de execução para salvar a atmosfera". Fontes diplomáticas acreditam que a iniciativa teve o objetivo de tranquilizar a opinião pública interna da França. O primeiro-ministro Michel Rocard e até o presidente da França, François Mitterrand se encarregaram de criar, nos meses que antecederam a reunião realizada em Haia, a expectativa de que seria formado um tribunal ecológico para punir delitos cometidos contra a natureza.

Isto, no entanto, não aconteceu e justamente pelo fato de a versão final da Declaração de Haia "não contemplar referências como as que se lhe procura atribuir que possibilitou ao Governo brasileiro assiná-la", afirma a nota de protesto do Governo brasileiro. Para o Itamarati, o episódio "não parece destinado a contribuir para o avanço da cooperação internacional em matéria de proteção do meio ambiente".

A inconformidade da chancelaria brasileira aumentou ainda mais quando recebeu de suas embaixadas em Haia e em Oslo a informação de que nem a Holanda nem a Noruega — patrocinadoras da conferência — publicaram nos jornais de suas capitais o texto da declaração, solicitado pela França. Segundo explicou o porta-voz do governo holandês, o primeiro-ministro Ruud Lubbers julgou que o assunto já havia sido suficientemente divulgado. Além disso, o governo holandês considerou que a idéia de que os países cedam parte de seus poderes a uma instituição internacional "constituiria uma interferência em relação ao conceito de soberania".